



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
19 DE MAIO DE 2015

N.º 11/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Faturação da Iluminação Pública (IP) e Proveito da Concessão da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, na área dos Municípios..... 3

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 2 – Fixação do valor do Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros do Executivo Municipal – Retificação..... 5

Tesouraria

- 3 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 14 de maio de 2015 6

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

- 4 – Carta Educativa do Município de Santa Marta de Penaguião - Início dos Procedimentos de Revisão..... 7
- 5 – Prestação de serviços – Monitorização da Carta Educativa – Emissão de Parecer Prévio..... 8
- 6 – Rainha das Vindimas 2015..... 9
- 7 – Comissão de Festa de Santa Barbara – Pedido de Participação Financeira..... 13
- 8 – Comissão de Festas em Honra de Santo António – Alvações do Corgo – Pedido de Participação Financeira..... 13
- 9 – Grupo Cultural “Os Medroenses” – Pedido de Participação Financeira..... 14
- 10 – Centro Social e Paroquial de Santa Eulália Cumieira – Albergue de Peregrinos dos Caminhos de Santiago – Participação financeira..... 14
- 11 – Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo..... 15
- 12 – XIV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco” – Forum de Vinhos Espumantes e Bio Di Vino – Apoio e participação financeira..... 16
- 13 – Clube Automóvel da Régua – Rampa de Santa Marta..... 17
- 14 – Associação Clube de Veteranos Concelho de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Participação Financeira..... 18



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Faturação da Iluminação Pública (IP) e Proveito da Concessão da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, na área dos Municípios

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “1 - De facto a iluminação pública é essencial à qualidade de vida das pessoas, atuando como instrumento de , permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego e sobretudo prevenir a criminalidade. -----

----- 2 -Nos últimos anos, os Municípios deste país têm vistos os seus custos de energia aumentar drasticamente, designadamente na iluminação pública, não só devido ao peso do IVA, como também devido ao fim da inerente designada “Tarifa Transitória de Venda a Clientes Finais em BT (iluminação Pública) ”, determinada pela ERSE em 31/Dez./2012. -----

----- Com efeito a maior parte dos custos dos parâmetros da faturação da IP (c/ exceção da contribuição audiovisual) foram afetados pelo aumento da taxa do IVA para 23%, bem como pelos aumentos de custos originados pela extinção das tarifas reguladas da iluminação pública, que passou a ser tarifado como um consumidor normal de BT, sendo que na maioria dos locais de consumo (PTs), a situação ainda se tornou mais penosa, por falta de adaptações e ajustamentos convenientes do distribuidor EDP, nos respetivos equipamentos de medição e consequentemente motivado pela aplicação da regras de repartição de consumos e determinação da potência contratada, definidas pela ERSE, no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Portugal Continental. -----

----- 3 - No âmbito do contrato de concessão à EDP (na maioria dos municípios até 2021), pelo uso dos bens no domínio público municipal na atividade em regime exclusivo de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, existe como é sabido, uma contrapartida/proveito, para a Câmara em representação do Município, dessa prestação de serviços. -----

----- Ora, pela atividade concedida em regime exclusivo o proveito dessa prestação de serviços, designada, certamente por conveniência, por “renda anual”, é calculada, de acordo com o Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de Novembro, a pagar pelo concessionário à Câmara em prestações trimestrais. -----



----- 4 - Todavia verifica-se que este proveito pela utilização de infraestruturas municipais, para o exercício da atividade de distribuição de energia elétrica em BT, não contempla o pagamento do IVA (a lei e consequentemente o Estado é conivente com essa situação), o que se entende ser uma “fraude” atendendo ao facto do IVA ser um imposto geral sobre a despesa em que se tributam as transmissões de bens, as prestações de serviços, as importações e as aquisições intracomunitárias de bens (art. 1º C.IVA - incidência real do imposto). -----

----- Esta situação ao longo dos anos, nunca foi levantada pelos municípios, devido ao IVA ser taxado apenas no valor mais baixo (5% e 6 %), aliado ao facto do resultado das regras de cálculo do proveito da concessão “cobrirem” as despesas com a iluminação pública, no contexto da compensação com o montantes vencidos pela concessão e ainda permitir aos municípios investir nos aumentos de redes. -----

----- Na altura o concessionário exercia a função conjunta de distribuidora e de comercializadora em sistema de mercado regulado -----

----- **5 - Com as assimetrias contrárias que se tem vindo a verificar nestes últimos anos relativamente ao custo da iluminação pública versus proveitos da concessão, assistimos ao antagonismo dos concedentes (municípios) pagarem aos seus concessionários!, embora as atuais distintas funções de distribuição de energia elétrica e de comercialização de energia elétrica em sistema de mercado livre, motivado pelo processo de extinção das tarifas reguladas.** -----

----- 6 - Por outro lado, com a entrada das novas regras de faturação na sequência da extinção das tarifas reguladas de IP, as quais eram mais vantajosas para os Municípios em virtude da utilização de energia elétrica ativa ser essencialmente feita durante a noite nos períodos considerados de Vazio e Super Vazio, surgem, no sentido oposto, mais encargos, não obstante termos os produtores/distribuidores de energia a “escoarem” a sua produção nos períodos acima referidos retirando os inerentes proveitos na sua grande maioria a custa da iluminação pública paga pelos municípios. -----

----- 7- Apesar da gestão da IP ser da responsabilidade da Câmara no que se refere a níveis e horários de iluminação e ao tipo e número de Luminárias-lâmpadas em serviço, o facto é que as inovações de ordem tecnológica preconizadas no contrato de concessão, têm sido pequenas por parte da concessionária EDP-distribuição, mesmo na utilização da tecnologia “LED” na IP, pese embora as recentes implementações, em colaboração com os Municípios, de relógios



astronómicos nos PTs para ligar e desligar a iluminação pública, bem como os recentemente anunciados equipamentos com telecontagem e funcionalidades para a gestão de energia, a instalar em todos os circuitos de IP, previstos durante o 1º semestre/2015. -----

----- 8 - Apesar da redução de consumos, também pela eficiência energética que os municípios já fizeram e possam/devam fazer com o novo quadro comunitário que supostamente irá privilegiar essa área, torna-se fulcral encontrar o equilíbrio entre os proveitos de concessão e as despesas com a iluminação pública. -----

----- Assim, pelos factos acima enumerados, propõe-se que o Executivo delibere solicitar à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que defendam os Municípios deste país impondo-se de imediato as seguintes medidas. -----

----- 1 – O abaixamento do IVA para 6% na Iluminação Pública. -----

----- 2 – A Inclusão do IVA no proveito da concessão à mesma taxa da IP, ou introdução de uma nova fórmula de cálculo para as rendas de concessão onde entre um fator de ponderação que permita minimizar o impacto do IVA na Iluminação pública. -----

----- 3 – Alteração da legislação de forma que comercializadores de energia tenham de apresentar um tarifário próprio para a iluminação pública.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Fixação do valor do Seguro de Acidentes Pessoais para
os Membros do Executivo Municipal – Retificação**

----- 2 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “O contrato de prestação de serviços de seguros caduca no fim do mês de junho, pelo que está a decorrer um novo concurso para a aquisição deste serviço. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 11 de 19 de maio de 2015



----- No decorrer do período para prestação de esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, fomos confrontados com a questão relacionada sobre o valor da cobertura do seguro de acidentes pessoais dos órgãos autárquicos, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, republicado pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro. -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal de 07/04/2015, foi aprovada a fixação dos valores nos termos da supracitada disposição legal. Acontece que, por lapso, na informação destes Serviços foram indicados valores substancialmente diferentes dos que se encontram fixados atualmente e considerados como valores indicativos, conforme quadro seguinte: -----

Coberturas	Capitais – €
Morte ou invalidez permanente	350.000,00
Incapacidade temporária absoluta	150,00 / dia
Despesas de tratamento e repatriamento	35.000,00
Despesas de funeral	3.750,00

----- Face ao referido e caso mereça a concordância de V/ Ex.ª, sugere-se que o assunto seja presente à reunião do Executivo, para retificar os valores de acordo com o quadro que antecede." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar os valores, de acordo com a informação dos serviços.** -----

Aprovar, ainda, por unanimidade, submeter à consideração da Assembleia Municipal, no sentido de retificar, com os fundamentos constantes da informação dos Serviços Municipais, os valores antes aprovados, tendo em consideração que aquele Órgão, deliberou, em sessão ordinária realizada no dia 25 do mês de abril último, fixar para os seus membros os mesmos valores aprovados pela Câmara Municipal. -----



Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de abril de 2015

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	14/05/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	2 854 946,84
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	1 724 383,98
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	1 130 562,86
			(*) Compromissos	8 632 709,44
Receitas Orçamentais		2 713 140,29	Operações de tesouraria	159 785,00
Correntes	1 950 197,29		Saldo para o dia seguinte:	471 183,71
Capital	762 943,00		Execução orçamental	461 671,25
Operações de tesouraria		143 232,00	Operações de tesouraria	9 512,46
Total		3 485 915,55	Total	3 485 915,55

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Carta Educativa do Município de Santa Marta de Penaguião -

Início dos Procedimentos de Revisão

----- 4 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em permanente atualização, dever ser avaliada periodicamente com a finalidade de, se necessário, lhe serem introduzidas correções, daí que o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15.01, no Artº 20º, concorra para a sua obrigatoriedade decorrente das desconformidades com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa. -----



----- No contexto da Educação, o objetivo central deste procedimento de monitorização é o de promover o acompanhamento das dinâmicas do sistema educativo, no sentido de informar e apoiar a tomada de decisão. -----

----- Assim, o processo de monitorização resultará numa atualização integrada e coerente da Carta Educativa Municipal, em função das suas necessidades de adequação às realidades socioculturais, concertada ainda com o PDM municipal, o Projeto Educativo Municipal, os indicadores de empregabilidade concelhios e com as diversas medidas de incentivo à oferta do ensino profissionalizante. -----

----- Convictos, por um lado, da relevância da monitorização da Carta Educativa é necessário proceder à avaliação periódica e sistemática do grau de execução das propostas da Carta Educativa e do enquadramento dos respetivos resultados educativos no escopo dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação. -----

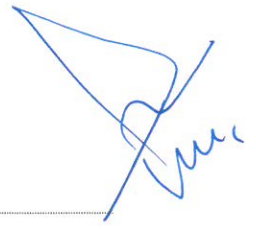
----- Face ao referido, submete-se à consideração do Executivo Municipal no sentido de deliberar aprovar dar início aos procedimentos conducentes à realização da revisão da Carta Educativa deste Município, nos termos do supra citado diploma legal, recorrendo, para o efeito, à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entidade que colaborou com esta Autarquia na elaboração daquele documento em 2006." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta.** -----

Prestação de Serviços – Monitorização da Carta Educativa

– Emissão de Parecer Prévio

----- 5 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- “A Carta Educativa é um projeto dinâmico de intervenção que visa obter melhorias a nível de educação, ensino, formação e cultura num dado território, sendo parte integrante do seu desenvolvimento social. -----

----- O artigo 20.º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais, prevê a revisão da Carta Educativa. -----

----- Nesse sentido, com o objetivo da elaboração da revisão da Carta Educativa deste Município, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte. -----



----- Considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços para a **elaboração da revisão da Carta Educativa deste Município**; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental 2.1.1. 02. 02.02.25, inscrita no n.º 2014/A/38 – Pj/Ac n.º 05/14 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que *“nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa”* cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----

----- Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGMA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGMA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação, -----

----- Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA),



entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que neste Município não existem trabalhadores em situação de requalificação para as funções a desempenhar; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015 e estimando-se um valor de 13.000,00 € para a execução deste serviço, verifica-se que o contrato está sujeito à redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, pelo que aplicando o disposto nestes o valor após redução é de **11.960,00 €**. -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27 de Dezembro último, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à **Reunião de Câmara** de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que



aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços** para a **elaboração da revisão da Carta Educativa deste Município**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços para a elaboração da revisão da Carta Educativa deste Município, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Rainha das Vindimas 2015

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "No passado dia 16 de Maio realizou-se mais uma edição da Rainha das Vindimas do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- O interesse económico, cultural, social e turístico do evento, que nos abre outras portas e demonstra a nossa capacidade de organização e liderança, levou-nos a organizar de forma cuidada e elaborada a atividade. -----

----- Para tal foi necessário proceder à realização de despesas. -----

----- Neste sentido, proponho ao Executivo Municipal que delibere ratificar a realização dessas despesas até ao montante de 3000,00€ (três mil euros)." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar a realização das despesas até ao montante de 3.000,00€ (três mil euros), de acordo com a proposta.** -----



**Comissão de Festa de Santa Barbara – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- 7 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de Santa Barbara – São João de Lobrigos, registado sob o n.º 1191 de 5 de maio do corrente ano, dando conhecimento da realização da Festa em Honra de Santa Barbara, e solicitam à Câmara Municipal uma participação financeira para minimizar as despesas inerentes à referida festa. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribui uma participação financeira no valor de 1.250,00€ (mil e duzentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

**Comissão de Festas em Honra de Santo António – Alvações do
Corgo – Pedido de Participação Financeira**

----- 8 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de Santo António - Alvações do Corgo, registado sob o n.º 1231 de 12 de maio do corrente ano, dando conhecimento que mais uma vez vão realizar a Festa em Honra de Santo António no próximo mês de junho e solicitar uma participação financeira para minimizar as despesas inerentes a realização da mesma. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----



**Grupo Cultural “Os Medroenses” – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural “Os Medroenses”, registado sob o n.º 1258 de 14 de maio do corrente ano, dando conhecimento, que a associação possui um autocarro para as suas deslocações já desde 2005, e tem sido alvo de várias reparações, sendo a última necessário recorrer a uma oficina para efetuar a reparação, estando orçada em 3.000,00€, assim solicitam uma participação financeira para ajuda da mencionada reparação no autocarro. ----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----**

**Centro Social e Paroquial de Santa Eulália Cumieira – Albergue de
Peregrinos dos Caminhos de Santiago – Participação Financeira**

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A antiga Escola Primária de Bertelo, agora Albergue de Peregrinos dos Caminhos de Santiago pertence ao Município de Santa Marta de Penaguião, cabendo ao Centro Social e Paroquial de Santa Eulália Cumieira, por protocolo entre ambas as partes, zelar por este bem, e garantir o seu bom funcionamento e a manutenção, para proporcionar aos seus utilizadores o melhor descanso possível. -----

----- Assim, de acordo com o artigo 5º constante no “Regulamento do Albergue de Bertelo” aprovado em sessão ordinária realizada no dia 28 de Setembro de 2012 sob a proposta da câmara Municipal tomada na reunião de 15 de Maio de 2012, o Albergue de Bertelo poderá, a



titulo de exceção e em articulação entre ambas as partes, ser utilizado por associações e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, com intervenção nas áreas do desporto, cultura, juventude e ação social. -----

----- Sendo recorrente a utilização deste espaço, desde o ano de abertura - 2012 - até à presente data, para apoio em atividades promovidas pelo Município, venho por este meio propor ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a transferência para o Centro Social e Paroquial de Santa Eulália Cumieira o valor de 1.100 €, para ajuda das despesas de limpeza e manutenção.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à transferência para o Centro Social e Paroquial de Santa Eulália Cumieira, da importância de 1.100,00 € (mil e cem euros), nos termos da proposta.** -----

Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na sequência da realização em Portugal do XIV Concurso Internacional «La Selezione del Sindaco», a AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho e a *Confraria de Enófilos do Vinho de Carcavelos realizam, no fim de semana seguinte, a 5, 6 e 7 de junho, nos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras, o Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo.* -----

----- Para além dos apreciadores/conhecedores de vinho, habituais frequentadores deste tipo de eventos, pretende-se atrair potenciais novos consumidores, nomeadamente famílias, tendo em conta o aprazível espaço dos jardins e o conjunto diversificado de ofertas, nomeadamente: -----

----- Stands onde serão disponibilizadas provas dos mais de 1.200 vinhos de vários países europeus - e do Brasil como país convidado - que vão a concurso. -----

----- Espaço para degustação de gastronomia regional portuguesa e de outros países participantes no concurso. -----



----- Stands representativos dos territórios (municípios e rotas) que divulgarão a sua oferta enoturística (vinhos, produtos alimentares regionais, artesanato, eventos e outros). -----

----- Animação musical no recinto e em palco. -----

----- Espaço infantil. -----

----- Exposições. -----

----- Ações técnicas e de sensibilização ao consumo. -----

SANTA MARTA como sempre não poderá deixar de estar presente, uma vez que até tem 41 referências de vinho do concelho a concurso. Por isso, e por forma a estar condignamente presente, propõe a realização da despesa: com o aluguer da tenda, bem como com o transporte/alimentação de um grupo cultural do concelho na feira, e da presença do próprio executivo, no valor de 1000,00€." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas até ao valor de 1.000,00€ (mil euros), nos termos da proposta.** -----

XIV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco” – Forum de Vinhos Espumantes e Bio Di Vino – Apoio e participação financeira

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O XIV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco” com o Forum de Vinhos Espumantes e Bio Di Vino propõem-se: valorizar os lotes de vinho de qualidade, fruto da tradição e de um território bem definido e produzido na Europa nos territórios dos Municípios Sócios de RECEVIN, de la Asociación Nacional de Città del Vino e com forte vocação vitivinícola, para favorecer o seu conhecimento também pela Internet; reconhecer os vinhos espumantes mais característicos provenientes das diferentes regiões europeias e fomentar e estimular o esforço das adegas de vinho espumante contribuindo para a melhoria contínua dos seus produtos; valorizar os vinhos ecológicos, segundo o previsto no Regulamento (UE) Nº 203/2012 da

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 11 de 19 de maio de 2015



Comissão de 8 março de 2012 e dar apoio aos Presidentes dos Municípios com forte vocação vitivinícola no seu papel de líderes do desenvolvimento económico local. -----

----- Neste sentido e no seguimento da aposta deste Município em participar no XIV Concurso "La Selezione del Sindaco 2015", com o maior número de referências possível, tornando o próprio concelho numa referência, convidaram-se todos os produtores a participar, oferecendo apoio logístico e financeiro. -----

----- Pagar 50% da comparticipação de todos foi um desses apoios, por isso, propõe-se ao Executivo Municipal que ao abrigo da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorize a realização da despesa e o respetivo pagamento no valor de 1.502,41€ (mil quinhentos e dois euros e quarenta e um cêntimos), às seguintes empresas:"--

Empresa	Valor
Domingos Guilhermino Reis Alves Sousa	225,00€
Filipe Alexandre Ferreira Mergulhão	37,50€
Maria Luísa Silva Valente	112,50€
Nogueiras, Lda.	187,50€
In Vino Sociedade Agrícola, Lda.	37,50€
Martha's Wines – Gold Mountains, Company, Lda	189,91€
Casa Agrícola Horta Osório S.A.	187,50€
Caves Santa Marta - Vinhos e Derivados, CRL	525,00€

----- **Deliberação:** Aprovar por unanimidade, autorizar a realização da despesa no valor de **1.502,41€ (mil quinhentos e dois euros e quarenta e um cêntimos)**, nos termos da proposta apresentada. -----

Clube Automóvel da Régua – RAMPA DE SANTA MARTA –
Pedido de Subsídio

----- 13 – Presente à reunião ofício do Clube Automóvel da Régua, registado sob o n.º 1134 de 27 de abril do corrente ano, dando conhecimento da intenção em colaboração com o Município

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 11 de 19 de maio de 2015



de Santa Marta de Penaguião, a realização da “RAMPA DE SANTA MARTA”, com o apoio da Federação Portuguesa de Automobilismo, prova esta, inserida no Campeonato Nacional de Montanha a realizar nos próximos dias 20 e 21 de junho. -----

----- Sendo esta, um evento que irá prestigiar o Concelho de Santa Marta, comunicam que para tal será necessária uma comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador do Pelouro, José Manuel Moreira Lopes, sobre este assunto, proferiu o seguinte despacho: -----

----- “A promoção do desporto é uma das atribuições dos municípios, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo n.º 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Com o objetivo de promover, divulgar e dar a conhecer o Concelho de Santa Marta de Penaguião, assim como dinamizar a sua economia local, o Município tem intenção de levar a cabo a realização de uma prova de automobilismo nos dias 20 e 21 de junho de 2015, integrada no Campeonato Nacional de Montanha. -----

----- Para a concretização deste evento, o Município contará com a colaboração do Clube Automóvel da Régua na sua organização, o que constitui uma mais-valia dado ser uma entidade credenciada para o efeito e possuir elevados conhecimentos técnico-organizacionais para a realização de eventos desportivos na modalidade do automobilismo. -----

----- De modo a protocolar com esta entidade a realização da dita prova de automobilismo, proponho que seja aprovada a minuta do protocolo anexa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, realizar a Rampa de Santa Marta em parceria com o Clube de Automóvel da Régua e assumir uma comparticipação financeira no valor de 7.000,00€ (sete mil euros), bem como, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar.** -----

**Associação Clube de Veteranos Concelho de Santa Marta
de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 14 – Presente à reunião ofício da Associação Clube de Veteranos Concelho de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 1237 de 12 de maio do corrente ano, dando conhecimento que

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 11 de 19 de maio de 2015

que no próximo dia 23 de maio ao realizar uma deslocação à Bélgica para participarem num torneio de futebol. -----

----- Neste sentido, têm a necessidade de adquirir um equipamento desportivo que está orçado em 559,65€, assim solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar as despesas com a aquisição do referido equipamento. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 559,65€ (quinhentos e cinquenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:25 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)